

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO PARA A GESTÃO DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Raul Gomes Pinheiro ¹

Edvaldo Moreira Silva Costa ²

Fernanda Martinez Moura ³

RESUMO

O objetivo geral dessa pesquisa é identificar a importância do uso de controle interno na gestão de empresas de pequeno porte. O problema dessa pesquisa é: De que forma o controle interno é importante para a gestão de empresas de pequeno porte? De maneira mais específica procurou-se demonstrar a aplicabilidade do controle interno na gestão de empresas de pequeno porte, ou seja, quais os benefícios alcançados quando se utiliza essa ferramenta. A justificativa da escolha desse tema é por querer mostrar o quanto os controles internos são importantes para as empresas de pequeno porte e como os mesmos podem auxiliar os gestores. A metodologia aplicada é exploratória, cujos resultados obtidos foram extraídos através de um questionário aplicado no decorrer do mês de outubro de 2017 em empresas de pequeno porte no segmento de prestação de serviço. O resultado foi que o controle interno é uma ferramenta essencial para a gestão de empresas de pequeno porte, pois, além de verificar em tempo hábil erros ou irregularidades ainda auxilia na tomada de decisão dos gestores. Concluiu-se também que os controles internos são importantes e podem contribuir para o sucesso e gestão das pequenas empresas.

Palavras-chave: Controle. Empresas. Gestão.

ABSTRACT

The general objective this study is to identify the importance of the use of internal control in the management of small companies. The problem of this research is: How is internal control important for the management of small businesses? In a more specific way, it was tried to demonstrate the applicability of the internal control in the management of small companies, that is, the benefits achieved when using this tool. The justification for choosing this theme is to show how internal controls are important for small businesses and how they can help managers. The methodology applied in this article is exploratory extracted through a questionnaire, which was prepared and applied during the month of October 2017 in small companies in the service rendering segment. The end result is that internal control is an essential tool for the management of small companies, because in addition to checking in a timely manner errors or irregularities still assists in the decision making of managers. It was also concluded the achievement that internal controls are important and can contribute to the success and management of small companies.

Keywords: Control. Organization. Management.

¹ Doutor em Administração USCSul - Mestre em Ciências Contábeis Fecap – SP
– Prof. Fecap – SP - Email: raulpinheiro@hotmail.com

² Especialista em Controladoria Fecap - SP - Email: edvaldo.costa@edu.fecap.br

³ Especialista em Controladoria Fecap -SP - Email: fernanda.moura@edu.fecap.br

1 INTRODUÇÃO

Segmento importante dos pequenos negócios, as empresas de pequeno porte (ou pequenas empresas) encontram-se em estágio de desenvolvimento mais avançado. Atuam como elo fundamental no encadeamento produtivo: podem ser compradores de produtos e serviços de microempresas e também fornecedoras para médias e grandes empresas. (SEBRAE, 2011).

Bergamini Júnior (2003, p.23-24) ressalta que as PME's (empresas de pequeno e médio porte) apresentam um histórico de reduzida utilização de controle internos e/ou de desenvolvimento destes, estando suas altas taxas de mortalidades relacionadas à ausência de um nível pelo menos mínimo de formalização e desenvolvimento deste controle, aumentando assim seu risco operacional.

Controle, no entender de Imoniana e Nohara (2005, p. 38), “é um importante elemento das funções administrativas de uma organização, pois permite a constante avaliação do alcance dos objetivos estratégicos e operacionais”. Marçola (2014) corrobora esse conceito, afirmando que é uma ação traçada por pessoas que fazem a gestão da organização em busca de diminuir riscos e de aumentar as chances de atingir os objetivos.

Segundo Lakis e Giriunas (2012), um efetivo sistema de controle interno constitui-se em um instrumento essencial para que as organizações alcancem seus objetivos relacionados às seguintes categorias básicas: eficácia e eficiência de suas operações; manutenção dos requisitos de conformidade e da proteção do seu patrimônio da ação danosa de terceiros ou gestores, assegurando as condições para atingir vantagens competitivas sustentáveis no segmento privado e proporcionando o atendimento às demandas sociais na área pública.

O problema dessa pesquisa gira em torno da resolução da seguinte questão: De que forma o controle interno é importante para a gestão de empresas de pequeno porte ? A justificativa da escolha desse tema é justamente por querer mostrar o quanto os controles internos são importantes para as empresas de pequeno porte e como os mesmos podem auxiliar os gestores a alcançar melhores resultados em seus negócios. Apresentam-se a seguir o objetivo geral: identificar a importância do uso de controle interno na gestão de empresas

de pequeno porte e o específico dessa pesquisa: demonstrar a aplicabilidade do controle interno na gestão de empresas de pequeno porte.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

2.1 Empresa de Pequeno Porte

O segmento das empresas de pequeno porte requer atenção especial. São as de maior faturamento anual e que em geral geram mais empregos. Por isso mesmo, as pequenas empresas são o segmento que apresenta maior possibilidade de fazer com que a contribuição dos pequenos negócios na economia nacional dê um salto, aproximando também nesse quesito o Brasil dos países desenvolvidos. (SEBRAE, 2011).

Para Limas (2009), as definições de Micro e Pequena Empresa (MPE) são diferenciadas, conforme o critério de valor do faturamento, e/ou no número de pessoas ocupadas, baseado na legislação específica, ou em instituições financeiras oficiais e órgãos representativos do setor. A vontade de ter o negócio próprio é, sem dúvida, o principal elemento motivador para a abertura de uma MPE, aumentando, cada vez mais, sua importância na economia brasileira e mundial. (DUARTE, 2013).

Segundo a lei complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, considera-se empresa de pequeno porte aquela que aufera, em cada ano calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). Existem algumas restrições básicas impostas no Brasil para que uma empresa possa ser classificada como micro ou pequena e, conseqüentemente, fazer uso de determinados benefícios oferecidos a elas, como, por exemplo, a opção pelo Super Simples. (TAVARES, 2008).

Pequenas e médias empresas são empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos; Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na

administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito. (CPC, 2009).

A utilização de critérios para definir o porte da empresa, permite que as empresas classificadas nesses limites estabelecidos, possam usufruir dos benefícios e incentivos previstos na legislação que dispõe sobre o diferencial de tratamento para este segmento e busquem alcançar objetivos prioritários de políticas públicas, como o aumento das exportações, a geração de emprego e a diminuição da informalidade dos pequenos negócios. (GARCIA; KINZLER; ROJO, 2014).

As MPEs são responsáveis por absorver a maior parte da mão de obra, principalmente os jovens, pois geram renda, movimentam a economia e são extremamente importantes em função da sua capilaridade no país e apesar de encontrarem grandes dificuldades em sua gestão, verificam-se algumas características, como: dinamismo, flexibilidade, inovação e simplicidade, que podem proporcionar fatores de sucesso para sua sobrevivência. (POZO; TACHIZAWA, 2016).

Nas pequenas empresas, a gestão é conduzida de maneira geral, de forma intuitiva, devido à falta de conhecimento técnico por parte de seus administradores; A maioria preocupa-se apenas com as entradas e saídas de caixa, ou seja, administração baseada no fluxo de caixa diário, porém, sem uma análise mais aprofundada das informações. (FERNANDES; GALVÃO, 2016).

É possível conceituar as MPEs a partir da multiplicidade destes critérios que podem ser qualitativos e quantitativos; O primeiro refere-se aos elementos especializados em termos de empresa e gestão que normalmente, são adotadas pelas empresas familiares e o qualitativo combinado é aquele em que a falta de organização quanto à estrutura financeira não é a adequada para a empresa. (DUARTE, 2013).

Comparadas à situação das PEs administradas por apenas um proprietário-dirigente, aquelas administradas por equipes apresentam como vantagens: maior capacidade de investimento, mais diversidade, maior base de conhecimento, relações e experiências a serem

utilizadas em benefício do desenvolvimento dos negócios. (LIMA, 2012; LOHRKE; FRANKLIN; KOTHARI, 2015).

Valei, Wilkinson e Amâncio (2008) explicam que as MPEs possuem, como característica própria, o curto tempo de vida. Estudos sobre a mortalidade de MPE no Brasil, dentre eles Sebrae (2010) e Ferreira et al (2012), revelaram que os principais fatores determinantes do sucesso, ou fracasso, das empresas estão relacionados principalmente à fatores internos como a capacidade gerencial do empreendedor, as deficiências do plano de negócio e o controle de informações.

Outros fatores que dificultam a sobrevivência das MPEs referem-se a baixa capacidade dos empreendedores para gerir seus negócios ou a pouca habilidade destes em administrar os recursos, elevando os riscos e as dificuldades que circundam a implantação de inovações, que por sua vez, irão assegurar a competitividade e continuidade do negócio (ZWAN; VERHEUL; THURIK, 2011).

2.2 Controles Internos e Gestão

O conceito de controle interno pode situar-se em um conjunto de práticas de uma organização para minimizar o risco de ocorrência de fraudes, como uma das quatro funções clássicas da Administração segundo Menezes (2014) ou até mesmo, como ações estruturadas para acompanhar atividades que são desenvolvidas por qualquer indivíduo. Cada procedimento de controle precisa ter um objetivo claro acerca do resultado que se deseja obter com sua aplicação e execução segundo Imoniana e Nohara (2005), além de seguir as determinações da gestão.

Penha (2005) afirma que o controle é de uma etapa contínua e recorrente, que interage com o planejamento e a consecução, envolvendo a avaliação do grau de aderência entre estas funções, apontando os desvios, analisando as suas causas e propondo direcionamento para ações corretivas, tudo isso com a finalidade precípua de assegurar que o desempenho efetivo da empresa esteja em conformidade com os objetivos planejados.

O controle interno também serve para que as operações nas entidades sejam executadas de forma ética, econômica, eficiente e eficaz, para que as obrigações referentes à prestação de contas sejam cumpridas conforme as leis e regulamentos aplicáveis e os recursos sejam protegidos contra a perda, mau uso e danos. (INTOSAI, 2004).

Moraes (2003) apresenta o seguinte conceito para controle interno fornecido pelo American Institute of Certified Public Accountants (AICPA): controle interno é “todo o sistema de controle, tanto financeiro, como os outros tipos estabelecidos pela administração da empresa para proteger seus ativos, obter a exatidão e confiabilidade da escrita contábil e de outros dados e informações operacionais, promover e julgar a eficiência das operações de todas as atividades da organização”.

O controle interno não deve ser um sistema complexo de rotinas burocráticas, o qual necessite ser implantado inteiramente para que funcione satisfatoriamente, suas condições favoráveis serão verificadas pelo administrador, levando em consideração a capacidade de adesão bem como as particularidades organizacionais (BORDIN; SARAIVA, 2005). Segundo Barnier (2015) o conceito de controle interno não é intuitivo e sua compreensão está associada à sua eficácia.

Segundo Silva e Vidal (2016), um bom sistema de controles internos, além de proporcionar maior segurança aos ativos da empresa e maior confiabilidade das informações também beneficia a empresa no sentido de que os colaboradores passam a conhecer melhor as áreas que desempenham seus trabalhos, garantindo que possam cumprir com as normas da empresa e honrar com seus princípios e valores com a finalidade de atingir os objetivos da organização.

Para Jacques (2006), as informações obtidas mediante o controle interno são confiáveis, especialmente devido à obediência a leis e regulamentos aplicáveis, o que oferece eficácia e eficiência nas operações, por isso, o controle interno tem relevância na empresa, consolidando-se como uma ferramenta de gestão. Intosai (2004) aponta o controle interno como um processo integral dinâmico que constantemente deverá adaptar-se as mudanças enfrentadas por uma entidade.

Os controles internos devem ser vivenciados por cada entidade, independentemente do seu segmento, através do conhecimento de novas ferramentas de trabalho, que propiciem a implantação de mudanças e a obtenção de resultados positivos, o que é uma exigência dos gestores modernos e para tal, o controle interno, por meio de suas ferramentas, possibilita a padronização das operações, dando maior segurança e eficácia na obtenção de resultados. (GARCIA; KINZLER; ROJO, 2014).

Para Santana (2013), o controle interno é responsável pela promoção do controle da legalidade e da legitimidade e pela avaliação dos resultados quanto à eficiência, eficácia e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial de uma organização, com vistas a impedir erros, a fraude e a ineficiência, bem como por sistematizar os planos da organização, dando um norte às atividades diárias desenvolvidas e as tomadas de decisões, alcançando o objetivo maior, o bem da sociedade.

Os controles são extremamente necessários, uma vez que podem diminuir significativamente os riscos que a organização tem para alcançar seus objetivos; Esses riscos são muito comuns na maioria das empresas atualmente, como por exemplo, os riscos significativos relacionados a incerteza de continuidade da empresa, falta de aprovação por autoridade competente para a efetivação de pagamentos e/ou financiamentos, escassez de colaboradores com competência para efetuar procedimentos operacionais, ausência de segregação de funções para um mesmo processo, dentre outros. (SILVA; VIDAL, 2016).

Visões do controle interno como um sistema, como um processo, ou identificados unicamente sob seu aspecto funcional, como uma unidade da organização, ou ainda operacional, relacionando-o a procedimentos de exame ou inspeção, convergem, apesar dos diferentes direcionamentos, segundo Lakis e Giriunas (2012), para buscar assegurar a consecução dos objetivos organizacionais. Sendo eficazmente elaborados e executados, facilitam o progresso da organização e se tornam um importante instrumento no processo de gestão (JACQUES, 2006).

Para Santana (2013) o controle é subsequente quando a verificação ocorre posteriormente, isto é, após o término de determinadas atividades, permitindo a reparação das irregularidades no mesmo exercício e a revisão de rotinas e o aprimoramento dos

controles; destaca-se a necessidade da tempestividade dos registros, a fim de que possam constituir-se em instrumento de controle.

Os controles internos abrangem toda a organização, desde as pequenas rotinas até os controles contábeis e podem ter natureza preventiva, atuando como uma forma de detectar a ocorrência de problemas, possibilitando medidas tempestivas de correção; Essas características do controle interno fazem com que o mesmo tenha grande utilidade e importância para a gestão das empresas, assim como para a maior assertividade nas tomadas de decisões. (GARCIA; KINZLER; ROJO, 2014).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos esta pesquisa é exploratória, o qual foi preparado com base em pesquisas sobre o tema, relacionadas em artigos, Teses e livros, por isso é exploratória. O objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado (GIL, 2008).

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada publica em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filme e televisão. (LAKATOS; MARCONI, 2008. p. 56).

Com relação aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa de campo realizada através de questionários aplicados as empresas de pequeno porte no segmento de prestação de serviço. A pesquisa de campo procura o aprofundamento de uma realidade específica e é basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do ocorrem naquela realidade. (GIL, 2008).

Para os autores Cervo, Bervian e da Silva (2007, p. 51) o questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com exatidão o que se deseja; dentre os

benefícios deste método de coleta de dados, encontra-se o fato de os respondentes sentirem-se mais confiantes devido ao anonimato, o que possibilita coletar dados mais próximos da realidade.

As perguntas utilizadas foram baseadas nas referências teóricas citadas neste trabalho e aplicadas na forma de afirmativas para o entrevistado. O questionário contém 16 afirmativas, sendo separado em duas partes: uma com o perfil dos respondentes e da empresa e outra com as afirmativas teóricas a fim de obter os resultados positivos e negativos com relação ao objetivo abordado neste artigo. O questionário será aplicado no decorrer do mês de outubro do ano de 2017 através do googledocs ([https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdICH0wdyW-epNvhKvtMckdoKWSJJHoTfvbi8xUclmg1bdPbg/viewform?c=0&w=1&usp=mail form link](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdICH0wdyW-epNvhKvtMckdoKWSJJHoTfvbi8xUclmg1bdPbg/viewform?c=0&w=1&usp=mail_form_link)).

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Esse capítulo destina-se a descrever e comparar as respostas obtidas mediante a aplicação do questionário. A análise esta dividida em dois subtópicos, sendo o primeiro com o perfil dos respondentes e das empresas entrevistadas e o segundo com as afirmativas baseadas no referencial teórico. Para melhor apresentação dos resultados, foram elaborados dois quadros, sendo um para cada subtópico.

4.1 Perfis dos Respondentes e da Empresa

O quadro abaixo demonstra os resultados dos perfis coletados através da aplicação do questionário:

Quadro 1 – Perfil dos respondentes

Formação acadêmica	Administração	Ciências Contábeis	Direito	Outra	
Respostas	2	14	4	7	
Área que trabalha	Contábil	Administrativo	RH	Controladoria	Outra
Respostas	12	6	1	1	7
Cargo que ocupa	Supervisor	Diretor	Proprietário	Gerente	
Respostas	15	0	7	5	
Faturamento médio da empresa ao ano	de R\$ 10.000 a R\$ 500.000	de R\$ 500.001 a R\$ 1.500.000	de R\$ 1.500.001 a R\$ 3.000.000	de R\$ 3.000.001 a R\$ 4.800.000	Acima de R\$ 4.800.000
Respostas	8	8	5	2	4
Numero de funcionários da empresa	de 01 a 20	de 21 a 50	de 51 a 75	de 76 a 99	Acima de 99
Respostas	11	7	3	2	4

Fonte: Dados da pesquisa

O questionário foi enviado para 31 empresas de pequeno porte no segmento de prestação de serviço e respondido por apenas 27 (87%), sendo que, conforme o quadro 1, os respondentes são de áreas variadas e sua maioria com formação em Ciências Contábeis. O cargo ocupado predominante no resultado foi o de supervisor com 15 (55,5%) pessoas.

Analisando o perfil das empresas respondentes, conforme o quadro 1, a grande maioria está dentro dos padrões adotados para o enquadramento do pequeno porte e apenas 4 poderiam ser consideradas fora dos padrões com faturamento acima do permitido que é R\$ 4.800.000,00, o que vai de acordo com a lei complementar nº 155, que diz que considera-se empresa de pequeno porte aquela que aufera, em cada ano calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (BRASIL, 2016).

4.2 Afirmativas

O quadro 2 demonstra as afirmativas enviadas no questionário e o número de respondente por alternativa que são: concordo totalmente, concordo, indiferente, discordo e discordo totalmente. Para melhor apresentação do quadro, as colunas de concordo totalmente e concordo parcialmente foram somadas, assim como as de discordo totalmente e discordo parcialmente. A única alternativa que não foi utilizada por nenhum respondente foi a “discordo totalmente”, fato esse que nos leva a crer que a grande maioria esta de acordo com as referencias deste trabalho.

Quadro 2 - Afirmativas

Afirmativa	Concordo	Indiferente	Discordo
As empresas de pequeno porte são importantes para a economia do país devido ao seu grande volume e contribuição para diminuição do desemprego.	26	1	0
A gestão das pequenas empresas em sua maioria é feita pelos proprietários de maneira intuitiva.	26	0	1
A falta do controle interno dificulta a sobrevivência das pequenas empresas.	26	0	1
Um bom sistema de controles internos proporciona maior segurança aos ativos da empresa.	26	0	1
As informações obtidas mediante o controle interno são confiáveis devido à obediência a normas e regulamentos aplicáveis.	20	6	1
Os controles são necessários, uma vez que podem diminuir significativamente os riscos que a organização tem para alcançar seus objetivos.	27	0	0
Os controles internos abrangem toda a organização e devem ter natureza preventiva.	25	2	0
Quando utilizado corretamente, o controle interno pode auxiliar os gestores de maneira assertiva nas tomadas de decisão.	26	1	0
Apesar de pouco utilizado, os controles internos são uma ferramenta importante para a gestão de empresas de pequeno porte.	26	1	0
O controle interno contribui para a perenidade das empresas, pois o mesmo evita erros e fraudes.	25	2	0
Todas as empresas, independente do porte, devem aderir ao controle interno como uma ferramenta auxiliadora para a gestão.	27	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a afirmativa sobre a importância das empresas de pequeno porte, conforme o quadro 2, 26 (99%) respondentes concorda que as mesmas são fundamentais para a economia do nosso país. Por isso, o Sebrae (2011) afirma que as pequenas empresas são o segmento que apresenta maior possibilidade de fazer com que economia nacional dê um salto, aproximando também nesse quesito o Brasil dos países desenvolvidos.

Segundo o quadro 2, para 26 (99%) dos respondentes a gestão das pequenas empresas é feita pelos proprietários e para os 26 (99%) respondentes, a falta de controle interno dificulta a sobrevivência desse segmento o que vai de acordo com Bergamini Júnior (2003, p.23-24) que ressalta que as empresas de pequeno porte apresentam um histórico de reduzida utilização de controle internos. Uma única pessoa discorda de algumas afirmativas com relação às pequenas empresas, mas se tratado de maneira geral, esse número de torna irrelevante para fins de análise.

Com relação ao controle interno, conforme o quadro 2, não tivemos nenhum responde que discorda das referencias desse trabalho. Para 25 (92,6%) dos 27 respondentes, o controle interno abrange toda organização e tem natureza preventiva o que demonstra que se usado pode diminuir significamente os riscos de erros e fraudes ajudando assim as organizações alcançarem seus objetivos. Segundo Silva e Vidal (2016), um bom sistema de controles internos gera segurança e confiabilidade.

De acordo com o quadro 2, os 27 respondentes concordam que o controle interno deve ser utilizado para gestão das pequenas empresas pois conforme Garcia; Kinzler e Rojo (2014) os mesmos podem ter natureza preventiva, atuando como uma forma de detectar a ocorrência de problemas, possibilitando medidas de correção; essas características do controle interno fazem com que o mesmo tenha grande utilidade e importância para a gestão das empresas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral é identificar a importância do uso de controle interno na gestão de empresas de pequeno porte. O problema dessa pesquisa gira em torno da resolução da seguinte questão: De que forma o controle interno é importante para a gestão de empresas de pequeno porte? De maneira mais específica procurou-se demonstrar a aplicabilidade do controle interno na gestão de empresas de pequeno porte, ou seja, quais os benefícios alcançados quando se utiliza essa ferramenta.

Conclui-se que o controle interno é uma ferramenta essencial para a gestão de empresas de pequeno porte, pois, além de verificar em tempo hábil erros ou irregularidades ainda auxilia na tomada de decisão dos gestores. Para tal conclusão, podemos nos basear nas respostas obtidas no questionário onde 26 (99%) respondentes concordam que os controles internos são uma ferramenta importante para a gestão de empresas de pequeno porte.

Após a aplicação do questionário, a conclusão é que as empresas de pequeno porte são fundamentais para a economia do país e que um dos fatores que mais contribuem para o insucesso desse porte é a falta de controle interno, por isso, considera-se que essa ferramenta é de extrema importância e, portanto todas as empresas deveriam aderir esse controle.

O controle interno compreende um plano de organização, que resulta no fornecimento de dados confiáveis e reais para os usuários, sejam eles clientes, funcionários, gestores ou fornecedores. Todos os 27 respondentes do questionário (100%) concordam que o controle interno diminui riscos e ajuda as empresas atingir os seus objetivos. Assim acredita-se que quando aplicado, ele apresenta resultados satisfatórios.

Uma limitação deste trabalho refere-se à coleta de dados, pois nem todos os questionários enviados foram respondidos, pois foram obtidas somente 27 respostas. Porém, mesmo com essa limitação, foi possível atender o objetivo desse trabalho. A sugestão para pesquisa futura seria aplicar o tema “a importância do controle interno para a gestão de empresas de pequeno porte” para outro ramo de atividade, como por exemplo, o comércio, pois esse trabalho foi direcionado apenas para empresas prestadoras de serviço.

Esta pesquisa contribuiu para o meio acadêmico, para o aperfeiçoamento profissional e para o desenvolvimento da ciência, pois através deste, se amplia o conhecimento e pode vir a aperfeiçoar as ferramentas utilizadas diariamente em seu trabalho. Tendo em vista a importância e relevância do tema, pode-se dizer que o mesmo contribui também para o desenvolvimento da ciência.

REFERÊNCIAS

BARNIER, B. **Why controls have become wasteful, a false sense of security, and dangerously distracting and how to fix it.** EDPACS. v. 51, n. 5, 2015.

BERGAMINI JÚNIOR, S. **Fraudes com derivativos: O caso Barings.** Revista Pensar Contábil, Rio de Janeiro, nº 20, ano VI, p. 19-26, Maio/Jul. 2003.

BORDIN, Patrícia; SARAIVA, Cristiane Jardim. **O controle interno como ferramenta fundamental para a fidedignidade das informações contábeis.** Revista eletrônica de Contabilidade, v. 2, n. 3, p. 218, 2005.

BRASIL. Lei complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp155.Htm#art.1. Acesso em: 21 ago.2017.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica.** 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) – **Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas** – disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=79>> Acesso em 21 ago. 2017.

DUARTE. E. M. **O Empreendedorismo nas micro e pequenas empresas: um estudo aplicado à cidade de Pará de Minas** – MG. Dissertação (Mestrado em Administração) Faculdades Pedro Leopoldo, Minas Gerais, 2013.

FERNANDES, A. M.; GALVÃO, P. R. **A Controladoria como ferramenta de gestão nas micro e pequenas empresas: um estudo da viabilidade e da relação custo benefício.** REVISTA DE TECNOLOGIA APLICADA (RTA), v.5, n.1, p.3-16, 2016.

FERREIRA L. F. F.; OLIVA, F. L.; SANTOS, S. A.; GRISI, C. C. H.; LIMA, A. C. **Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo.** Revista de Gestão e Produção, v. 19, n. 4, p. 811- 823, 2012.

GARCIA, O. P.; KINZLER. L.; ROJO. C. A. **Análise dos sistemas de controle interno em empresas de pequeno porte.** INTERFACE, v.11, n.2, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª Ed, São Paulo: Atlas, 2008.

IMONIANA, J. O.; NOHARA, J. J.. **Cognição da estrutura de controle interno: uma pesquisa exploratória.** Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, v. 2, n. 1, p. 37-46, 2005.

INTOSAI - **International Organization of Supreme Audit Institutions. Guidelines for Internal Control Standards for the Public Sector.** 2004. Divulgado em: <http://www.intosai.org/issai-executive-summaries/view/article/intosai-gov-9100-guidelines-for-internal-control-standards-for-the-public-sector.html>. Acesso em 25 ago. 2017.

JACQUES, E. de A. **O controle interno como suporte estratégico ao processo de gestão.** Revista Contábeis, v. 4, n. 1, jul-dez. 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKIS, V.; GIRIUNAS, L. **The concept of internal control systems: theoretical aspect.** *Ekonomika*. v. 91. n.2, p. 142-152, 2012.

LIMAS, C. E. A. **Sistemas integrados de gestão – ERP: benefícios e problemas encontrados na implantação em pequenas empresas brasileiras.** 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2009.

LIMA, E. Les liens entre représentation sentrepreneuriales et vision partagée. *Revue Internationale de Psychosociologie*, v. 18, n. 1, p. 199-225, 2012.

LOHRKE, F. T.; FRANKLIN, G. M.; KOTHARI, V. B. Top Management Team Heterogeneity and SME Export Performance: Investigating the Role of Environmental Uncertainty. *Journal of Small Business Strategy*, v. 14, n. 1, p. 86-102, 2015.

MARÇOLA, C. **Auditoria interna como instrumento de controle social na administração pública.** *Revista do Serviço Público*, v. 62, n. 1, p. 75-87, 2014.

MENEZES, S. M. M. de. **A percepção dos gestores da UFPE na avaliação do funcionamento dos controles internos e o modelo utilizado pelo Committee Of Sponsoring Organizations (COSO).** 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

MORAES, J. C. F. de. **Análise da eficácia da disseminação de conhecimentos sobre controles internos após sua implementação no banco do Brasil.** 2003. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PENHA, J.C. **Estudo de caso sobre a percepção do corpo diretivo de uma multinacional oriental quanto à implementação dos requisitos da lei Sarbanes-Oxley.** Dissertação (Mestrado Contabilidade e Controladoria) – Centro Universitário Álvares Penteado (UNIFECAP), São Paulo, 2005.

POZO, H.; TACHIZAWA, E. T. **Qualidade de vida no trabalho nas micro e pequenas empresas como vantagem competitiva.** *REUNA*, v.21, n.4, p.81-102, 2016.

SANTANA, P. M. F. R. de. **Sistema de Controle Interno: Estudo de caso sobre um instituto federal de educação, ciência e tecnologia na perspectiva da eficiência da gestão.** Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2013.

SEBRAE/SP - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SÃO PAULO-
. As pequenas empresas do simples nacional. Disponível
em:<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/empresa-de-pequeno-portedetalhe8,8e5713074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>Acesso em 11 ago. 2017.

_____. **Doze anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas, 2010.**
Disponível em:
https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Anexos/mortalidade_12_ano_s.pdf. Acesso em 21 ago. 2017

SILVA, A. H. C. e; VIDAL. D. C. **A Percepção dos Auditores Externos sobre a Adequação dos Sistemas de Controle Interno nas Empresas de Capital Aberto.** Pesar Contábil, v.18, n.67, p.57-67, set/dez. 2016.

TAVARES, D. A. **Gestão de Pequenas e Médias Empresas em Cabo Verde: estudo de caso Ilha de Santiago. Cabo Verde: Instituto Piaget, 2008.**

VALEI, G. V.; WILKINSON, J.; AMÂNCIO, R. **Empreendedorismo, inovação e redes: uma nova abordagem.** Revista Era. v. 7, n. 1, jan./jun. 2008.

ZWAN, P.; VERHEUL, I.; THURIK, A. R. **The entrepreneurial ladder, gender, and regional development.** *Small Business Economics*, v.39, n. 3, p.627- 643, 2011.

Data recebimento do artigo: 12/11/2017

Data do aceite de publicação: 15/12/2017